



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA/ALVARÁ

Processo nº: **1007846-80.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **DIOLINDA CHINELATI DOS SANTOS e outro**
 Requerido: **MOACIL DOS SANTOS**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Defiro a AJG. Anote-se.

Nos termos da Lei nº 6.858/1980, artigos 1º e 2º, serão pagos em quotas iguais aos dependentes habilitados perante a previdência social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento, mediante alvará judicial, os seguintes valores: valores devidos pelos empregadores aos empregados; montantes das contas individuais do FGTS; montantes das contas individuais do PIS-PASEP; restituições de IRPF e outros tributos recolhidos por pessoa física; **saldos bancários, de cadernetas de poupança ou fundos de investimento até o valor de 500 OTNs, desde que não haja outros bens sujeitos a inventário.**

No mesmo sentido, a Lei nº 8.213/91, artigo 112 contém regra idêntica no tocante ao valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da previdência social.

No caso dos autos, os requerentes são sucessores do falecido e a requerente viúva é a herdeira habilitada junto ao INSS (fls. 07/10, 13 e 31).

Assim, **AUTORIZO** a pessoa de DIOLINDA CHINELATI DOS SANTOS, CPF 157.523.098-40, RG 21.700.790-9 a LEVANTAR A INTEGRALIDADE do saldo existente na conta bancária nº 35009-5, da agência 0484 do Banco Itaú, e na conta poupança nº 35009-5/500, da agência 0484, do Banco Itaú, ambas em nome do falecido, MOACIL DOS SANTOS, filho de Joaquim dos Santos e Adelina dos Santos, falecido em 28/02/2015, CPF 130.661.298-53, RG 21.700.791-0, **servindo esta sentença, assinada digitalmente pelo Juiz, como ALVARÁ JUDICIAL**, podendo o seu beneficiário praticar todos os atos necessários ao seu fiel cumprimento, podendo, inclusive, assinar em papéis e documentos para a consecução daquele objetivo, receber e dar quitação e encerrar mencionada conta de poupança. **O Banco deverá entregar ao autorizado cópia do termo de encerramento da conta.** Prazo: 180 dias

Ausente qualquer interesse recursal (art. 1.000, CPC), fica anotado o trânsito em julgado, ocorrido na data de prolação desta sentença, dispensado o lançamento de certidão pelo cartório.

Aguarde-se por 30 dias e, ausente provocação, arquivem-se.

P.R.I.

São Carlos, 30 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**